

Challenges of implementing a local open data initiative – the case of the Official Gazette of São Paulo, Brazil

Gisele S. Craveiro, Fabiano Angélico, Andrés M. R. Martano

All authors contributed equally to this work.

Abstract

Considering the potentials of open data and the obstacles for implementing OGD initiatives, this paper aims to describe the strategies adopted for preparing the implementation of an open Official Gazette in the City of São Paulo, Brazil. It is important to highlight the potential value of the Official Gazette as a source of information, for in its pages lies maybe the most detailed and complete report that society can have on government daily activities. Nevertheless, the data is mostly unstructured, this fact combined with the size of the database makes nontrivial the effort to analyse it. Publishing the Official Gazette as OGD certainly does not address all the problems related with its exploration, but is hoped to lower the barrier around them, allowing more groups to make use of it. To achieve the goals of this paper, three research methods are combined: bibliographical review, documentary research and direct observation. This paper describes the strategies and activities put in action by the Office of the Comptroller General of São Paulo City and CoLab/USP in order to prepare the implementation of the open Official Gazette. It also analyses the outcomes of such strategies and activities, by examining the tool implemented, the traffic and the reported uses of the Open Gazette. The paper concludes reflecting on the main challenges for implementing open data initiatives at the local level in a developing country and proposing an agenda for future research.

Introdução

Os diários oficiais no Brasil são fontes extremamente ricas de informação governamental, pois é através deles que os atos oficiais não somente se tornam públicos como também passam a ser considerados válidos. Ou seja, só são aplicáveis a partir do momento em que são publicados ou, em casos especificados nos próprios

atos, em prazos que se contam a partir dessas publicações. No Brasil essa prática remonta desde 1808 e, desde então, as publicações diárias buscam garantir o acesso universal do cidadão aos atos públicos e também o registro histórico dos mesmos.

Naturalmente esse tipo de publicação sofreu o impacto da chegada de novas tecnologias de informação e comunicação, de forma que todas as empresas que editoram e publicam diários oficiais no Brasil os oferecem hoje tanto no suporte em papel como o digital. Geralmente a versão digital do diário oficial é oferecida em formato PDF o que tem inibido ou até impedido a reutilização automatizada da informação publicada. Portanto existe uma grande oportunidade para que os princípios dos dados abertos possam ampliar a atual noção de universalização do acesso existente na administração pública.

Nesse trabalho é descrito o processo de abertura do Diário Oficial da cidade de São Paulo realizado através da parceria entre a administração pública municipal e um grupo de pesquisadores. É descrita a metodologia de construção dessa iniciativa chamada Diário Livre (Free Gazette - “free” as in freedom), tanto na coleta de demandas e expectativas para o projeto, como também na implementação técnica da mesma. Também serão discutidos seus impactos iniciais, alguns benefícios percebidos junto de alguns de seus consumidores e desafios enfrentados durante sua implementação e também manutenção. Finalmente concluiremos o artigo apresentando os caminhos futuros e considerações finais.

Diário Oficial

Os Diários Oficiais são os veículos de divulgação governamental, criados para dar publicidade aos atos de Governos. Eles podem ter diversos nomes (boletim oficial, gazeta oficial, jornal da república) e abrangências. No Brasil, a origem do Diário Oficial remonta à transferência da Corte Portuguesa para esse país. É de 1808 o decreto que criou a Imprensa Régia no Rio de Janeiro, para imprimir, com exclusividade, todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo. Atualmente, o Diário Oficial da União (DOU) está sob responsabilidade da Imprensa Nacional, órgão vinculado à Presidência da República. Um decreto determina o escopo do conteúdo a ser publicado no DOU (BRASIL, 2002). Devem ser publicados, na integra:

- Leis
- Tratados e convenções internacionais
- Medidas provisórias, decretos e outros atos normativos baixados pelo Presidente da República
- Atos dos Ministros de Estado
- Pareceres do Advogado Geral da União e respectivos despachos presidenciais
- Dispositivos e ementas das ações direta de inconstitucionalidade, das ações declaratórias de constitucionalidade e das arguições de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição

- Julgamentos do Tribunal de Contas da União
- Atos de caráter normativo do Poder Judiciário.

Outros atos oficiais, como atas e decisões de tribunais e de órgãos colegiados, devem ser publicados em resumo.

O DOU possui um sistema de busca seletiva em sua base de dados. A ferramenta “Sistema IN Busca Total” compara o parâmetro informado pelo usuário com as palavras constantes do texto das matérias do jornal consultado. O Aviso de Publicação é um instrumento de busca que seleciona diariamente matérias publicadas nos Jornais Oficiais, conforme configuração pré estabelecida, e envia mensagens, por meio do correio eletrônico, informando as ocorrências encontradas naquele dia. Para acessar e utilizar o sistema, é preciso se cadastrar e configurar a ferramenta de busca com palavras, nomes ou referências, a fim de que o sistema possa utilizá-los como parâmetros no momento da realização da pesquisa no banco de dados.

DOU e DOC

O Diário Oficial da União (DOU), como o nome anuncia, refere-se à União. Uma vez que o Brasil é uma federação e os Municípios são entes autônomos, cada municipalidade poderá criar suas próprias regras de publicação.

No caso do Município de São Paulo, o Diário Oficial da Cidade (DOC) é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento, órgão da prefeitura de São Paulo e é publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

De acordo com o site do DOC (Sempla, 2010), a publicação é dividida em sete seções:

1. **DESPACHOS:** onde são publicadas as matérias com decisões das autoridades municipais. Ex.: decisões em processos, autorizações, contratos.
2. **SERVIDORES:** onde são publicadas as matérias referentes a vida funcional dos servidores. Ex.: exonerações, nomeações, designações, licenças médicas, cursos, contagem de tempo, aposentadoria, férias, etc.
3. **CONCURSOS:** onde são publicadas as matérias referentes a concursos públicos. Por ex.: relação de inscritos, local de provas, gabaritos de provas, classificação dos candidatos, etc.
4. **EDITAIS:** onde são publicadas as matérias de conteúdo informativo. Por ex.: convocação de munícipe, demonstrativo de despesas, relação de cargos e salários, balancetes, etc.
5. **LICITAÇÕES:** onde são publicadas as matérias sobre certames licitatórios. Por ex.: edital de abertura de convite, de concorrência pública, de tomada de preços, ata de registro de preços, ata de abertura do certame licitatório, classificação dos participantes, adjudicação do objeto, homologação do resultado, etc.

6. CÂMARA MUNICIPAL: onde são publicados todos os atos da Câmara Municipal de São Paulo, exceto matérias sobre licitações.
7. TRIBUNAL DE CONTAS: onde são publicados todos os atos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, exceto as matérias sobre licitações.

Ressalte-se, portanto, que o conteúdo do DOC é extremamente relevante para a transparência e accountability governamental, uma vez que apresenta informações sobre servidores, gastos públicos e decisões que afetam a vida da coletividade.

Trabalhos Relacionados

Comprovando-se a relevância deste estudo de caso, não se localizou muitos estudos sobre os Diários Oficiais, no que diz respeito ao reuso da informação tornada pública por meio deles.

Um dos poucos trabalhos encontrados comenta sobre a iniciativa de dados abertos das Filipinas. Segundo ele, os primeiros dados a serem publicados pela iniciativa foram versões digitais do DO daquele país. Porém, a qualidade dos metadados foi criticada (Davies, 2014).

Já em outro artigo, os autores foram obrigados a minerar os PDFs do DOU brasileiro para poder anotar e relacionar artigos entre si (Brandao et al., 2013). Um dos resultados obtidos foi identificar qual ato revoga ou altera outro, porém, o domínio abordado foi apenas o do tesouro. Para identificar os atos no texto dos artigos, utilizaram a base do LexML do Senado brasileiro, o que aparentemente auxiliou bastante no processo. Por outro lado, tiveram uma dificuldade maior na identificação dos assinantes dos atos, uma vez que não há um vocabulário controlado quando se trata de nomes de pessoas. Os autores não deixam claro os problemas encontrados na extração do texto dos PDFs ou se esse processo pode ter afetado os resultados. Porém, comentam que o texto no PDF estava em várias colunas, o que deve ter gerado dificuldades na extração.

Por fim, o último artigo encontrado discute sobre a publicação via SPARQL de dados sobre as leis do Chile (Cifuentes-Silva et al., 2011). Apesar de detalhar a arquitetura adotada no oferecimento e documentação dos dados, não fica claro qual o formato inicial da base utilizada.

Uma das poucas análises mais gerais sobre DOs no Brasil foi publicada em 2007, pela ONG Transparência Brasil, e abordou o DOU e os DOs dos Estados e do DF. Chamado “Gutenberg em bits”, o estudo conclui o seguinte:

O resultado é uma modernidade cosmética, uma vez que o produto transformado em bits é tratado estaticamente, como se fosse um produto impresso. Na quase totalidade dos casos, a única diferença entre o DO impresso e o DO apresentado na rede é o suporte, que em vez do papel passou a ser a tela do monitor. Meramente se reproduz

o produto impresso no meio eletrônico, sem que a informação seja organizada de modo a possibilitar uma recuperação por meio da definição de critérios de agregação (agrupamento de informações de mesmo tipo publicadas em dias diferentes) e filtragem (Abramo, 2007).

Metodologia

Este trabalho se trata de um estudo de caso descritivo, mas também é influenciado por princípios de Action Research.

O início de projeto se deu a partir de uma parceria entre um órgão da administração municipal e um grupo de pesquisa de uma universidade pública. Seguiram-se reuniões periódicas da equipe para definir o rumo dos trabalhos, a realização de eventos públicos relacionados e o desenvolvimento de uma ferramenta para atender às necessidades levantadas.

Dados foram coletados através de diário de pesquisa, questionários presenciais e online, entrevistas e ferramenta de registro de acessos ao site da ferramenta.

Contexto

Primeiramente faz-se importante citar alguns dos elementos constituintes do contexto onde essa iniciativa de dados abertos ocorreu.

Atores envolvidos

A seguir são descritos os principais atores envolvidos e como se relacionam no caso:

Controladoria Geral do Município (CGM): “atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos”. Uma de suas subdivisões é a COPI.

Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI): “tem como principal atribuição promover o incremento da transparência pública e fomentar a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção”. Este é o órgão da prefeitura proponente e viabilizador da parceria que gerou este projeto.

Colaboratório de Desenvolvimento e Participação da USP (Colab): centro de pesquisa multidisciplinar comprometido com o conhecimento aberto, o acesso à informação, a transparência, a defesa da privacidade, a liberdade de expressão, a inclusão e a colaboração em rede. Este foi o grupo acadêmico envolvido diretamente na parceria.

Prodam: empresa municipal de economia mista responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos TICs da prefeitura. Como este projeto envolveu o desenvolvimento de um sistema protótipo para a prefeitura, a Prodram também estava relacionada.

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sempla): secretaria que agrega uma série de funções na administração municipal, entre elas a publicação do DO. Foi através dela que os dados foram obtidos.

Imprensa Oficial (IO): empresa de economia mista estadual contratada pela Sempla para realizar a publicação do DO tanto online como impresso.

Fluxo Inicial da Informação

A figura 1 representa o fluxo inicial de publicação do DO municipal, antes da ferramenta de publicação de dados abertos.

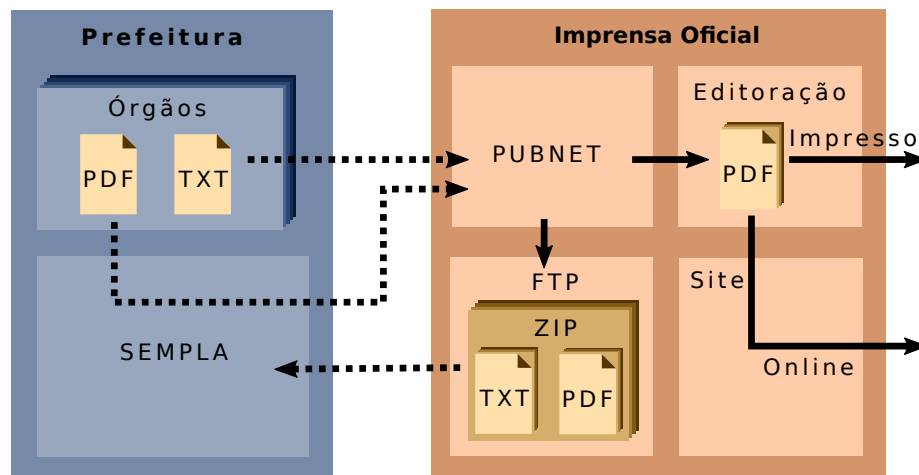


Figura 1: Fluxo de publicação do DO.

Para um funcionário de um determinado órgão da prefeitura publicar algo no DO municipal, segundo orientações da própria IO, primeiro o texto deve ser escrito e salvo como TXT. O nome do arquivo TXT salvo deve conter um código, chamado de *retranca*, que representa o conteúdo do artigo e qual órgão público o escreveu. Esse arquivo é então submetido no [Pubnet][sitepubnet], sistema da IO para coleta de artigos. Imagens, chamadas de *calhau*, seguem outro processo, sendo salvas como PDF e não como TXT, antes de serem submetidas para publicação (IMPRESA OFICIAL, 2011). Por volta das 17h de cada dia útil, o sistema de coleta de artigos interno interrompe o recebimento e uma funcionária da prefeitura cuida, junto a IO, dos trâmites finais para a transferência de todo o material necessário à publicação do dia.

Uma vez dentro da IO, o material é salvo e disponibilizado integralmente, através do protocolo FTP, de volta à prefeitura. Esse material, constituído de um arquivo ZIP por dia, é importante para permitir posterior conferência caso, por exemplo, a prefeitura julgue que houve um erro por parte da IO na publicação do DO. O material segue também para editoração, onde é formatado para publicação. Esta última é feita em papel (jornais impressos) e online, disponibilizando os PDFs no site da IO.

Os PDFs mantém a mesma estrutura visual do jornal impresso, bastante distinta da estrutura dos TXTs iniciais. Tal fato dificulta a extração automática do texto, porém, facilita a comparação entre a versão impressa e a digital.

Trabalho Desenvolvido

Tendo em vista que a disponibilização em PDF não atendia à todas as expectativas da própria administração pública, a COPI buscou o Colab para discutir uma possível iniciativa de dados abertos envolvendo a base.

Uma vez acordada a parceria, iniciaram-se reuniões entre os dois grupos. Nessas foram feitas as definições gerais do projeto e o acompanhamento do mesmo. Em tais definições está incluída a modelagem dos eventos, requisitos principais da ferramenta e necessidades de articulações com demais órgãos da prefeitura.

Os dois eventos públicos, envolvendo cada um cerca de 50 pessoas, tiveram papel tanto de coletar mais requisitos relativos à ferramenta, quanto de divulgar a iniciativa.

O primeiro evento ocorreu enquanto os dados ainda estavam sendo preprocessados. Além de levantamento de requisitos, teve um papel também de debater e advogar dados abertos entre os próprios gestores da prefeitura, muitos desconhecedores do conceito e de suas vantagens. Para a mesa foram chamados os responsáveis pela publicação do DOC e um representante da sociedade civil que faz uso dos dados, extraíndo-os, mesmo com todas as dificuldades e perdas atuais. Entre os participantes presentes haviam acadêmicos, *hackers*, jornalistas, movimentos sociais, funcionários públicos e cidadãos *independentes*.

Já o segundo evento, teve como papel fundamental o lançamento da ferramenta, já desenvolvida e online. Coletando também impressões e expectativas. Com participação inclusive de membros de outras prefeituras interessados em replicar uma iniciativa do tipo em suas cidades.

Entre os principais requisitos levantados e implementados ao longo do processo estão:

- **Busca em tempo hábil:** a base, mesmo depois de processada, inclui cerca de 10Gb de texto. Obter resultados em menos de 1s para exibição no site exigiu uma ferramenta eficiente em busca textual.

- **Visualização em texto:** muitos usuários reclamaram da dificuldade para copiar texto dos PDFs da IO, ou perda de formatação ao colar o texto copiado. O site deveria então retornar os artigos como texto em uma página comum, HTML.
- **Acesso via API:** para permitir o fácil acesso aos dados através de outros aplicativos, era importante que o site disponibilizasse algum tipo de API.
- **Disponibilização integral da base:** essa permitiria o uso da base como um todo, seja para pesquisas ou para aplicativos que exigissem um controle maior dos dados.
- **Atualizações diárias:** o DO é publicado diariamente, o site deveria ser atualizado com os novos dados na mesma frequência.
- **Filtragem das buscas:** seria importante permitir filtragem dos dados a partir dos metadados disponíveis, como publicante e data de publicação.
- **URLs únicas para artigos:** para permitir a fácil citação dos artigos, seria importante que cada um fosse acessível através de uma URL única.

Diário Livre

A partir dos requisitos levantados, foi então desenhada, implementada e lançada a ferramenta Diário Livre (DL). Do ponto de vista do usuário ela consiste basicamente de um site onde é possível buscar palavras nos DOCs desde 2003 até hoje. É possível realizar algumas filtrações por publicante, conteúdo da matéria e data. O formato de saída padrão é uma página comum (HTML), porém também é possível buscar e visualizar os artigos em diversos outros protocolos abertos.

A figura 2 representa o fluxo atual de publicação incluído o DL.

O fluxo antigo entre a prefeitura e a IO continua como antes. Porém, os dados são repassados diariamente e automaticamente para o Colab pela Sempla. Esses dados são então descompactados, os TXTs são convertidos para CSVs e os PDFs desprezados. Os CSVs são indexados pelo Solr, que permitirá buscas pela internet através do BlackLight. Esse último funciona como uma site convencional e possibilita a visualização das buscas e artigos em HTML, XML, JSON, RSS e Atom. Os CSVs são também compactados e disponibilizados no site para o download integral da base.

É importante notar que a conversão dos TXTs para CSVs, padronizando a base no processo, não foi trivial, uma vez que não havia um padrão rígido entre os primeiros. Os dados estavam inclusive em diversas codificações (UTF-8, UTF-16, ISO-8859-1, WINDOWS-1253, etc). A identificação de codificações não é um processo exato, logo, mesmo sendo feito um esforço através de diversos programas apropriados, muitos artigos não puderam ser decodificados corretamente. Tal problema aparentemente foi enfrentado também pela IO, uma vez que alguns dos PDFs oficiais também apresentam artigos com alguns caracteres não identificados corretamente. Ao todo foi possível processar cerca de 1.4 milhão de TXTs, 95% do total.

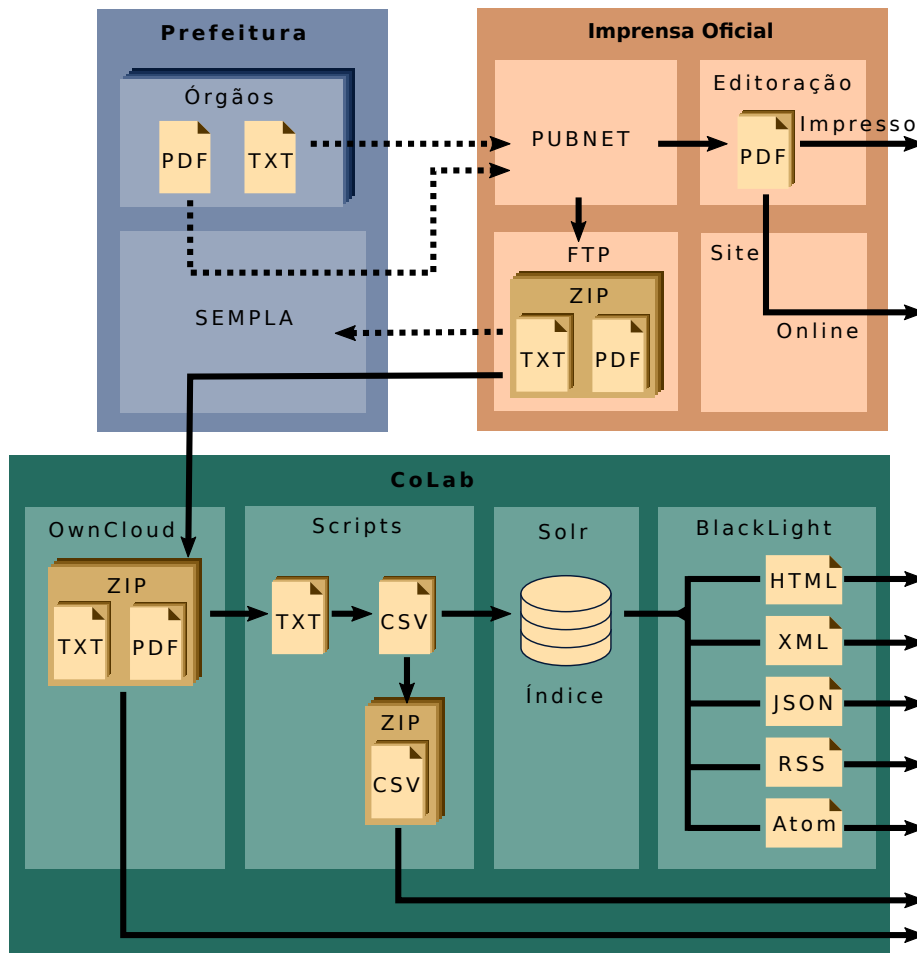


Figura 2: Fluxo dos dados incluindo o DL.

A figura 3 exemplifica uma tela do DL atual.

Diário Livre Favoritos Histórico Baixar Questionário Acessar

Busca... Buscar Q ?

Filtre sua busca

Secretaria >

Orgão >

Tipo de Conteúdo v

LICITAÇÕES	334,037
DESPACHO	175,658
SERVIDORES	130,143
EDITAIS	88,777
CÂMARA MUNICIPAL	8,808
CONCURSOS	6,329
TRIBUNAL DE CONTAS	5,343

Data de Publicação v

Data Inicial

Data Final

Filtrar

Menos de 1 semana	3,240
Menos de 1 mês	13,763
Menos de 1 ano	154,276
Menos de 5 anos x	749,737
Mais de 5 anos	645

Sua busca por: Data de Publicação > Menos de 5 anos x refazer busca

Exportar Página: JSON XML Atom RSS ?

« ant | 1 - 10 de 749,737 | próx » Ordenar por Relevância v 10 por página v

1. Favorito

Data: 11/04/2015

Assunto: Subprefeitura Penha - GABINETE DO SUBPREFEITO - LICITAÇÕES

Texto: ATA DA LICITAÇÃO Pregão Eletrônico N° 3/2015 - Processo 2015-0.056.212-9 Objeto: Aquisição de Concreto Pré Misturado a Seco. Às 10:00 horas do dia 10 de abril de 2015, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 129853707 de 09/04/2015, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julh
2. Favorito

Data: 11/04/2015

Assunto: SAÚDE - GABINETE DO SECRETÁRIO - LICITAÇÕES

Texto: PROCESSO: 2014-0.007.189-1 DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3 AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESPACHO DO DIRETOR I – Em face da competência delegada pela Portaria nº 890/2013-SMS.G, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório objetivando a AQUISIÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA, a pedido de ESCOLA MUNICIPAL DA SAÚDE - EMS, com fundamento na Lei M
3. Favorito

Data: 11/04/2015

Assunto: CULTURA - EDUCAÇÃO - LICITAÇÕES

Texto: DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PA

Este site faz parte de um projeto experimental. Por favor, clique aqui e responda nosso questionário! x

Figura 3: Um exemplo da tela de busca do atual DL

Resultados e Discussão

No momento de escrita deste texto o site protótipo resultante estava disponível em: <http://devcolab.each.usp.br/do>

Os dados estão licenciados como [Creative Commons 4.0](#), uma licença *livre*. Eles estão disponíveis em formatos não proprietários e processáveis por máquina. Cada artigo, em cada formato, possui sua própria URI. Logo pode-se dizer que são dignos de 4 estrelas segundo o modelo de Berners-Lee (2010).

Sobre questionário online no site do DL, foram obtidas 105 respostas completas. Das 7 pessoas que atestaram dificuldades com o DL (cerca de 7% do total), 4

afirmaram não ter localizado algum elemento da interface, 2 tiveram problema com o certificado de segurança e 1 não especificou o motivo. Dessas 7, apenas 2 (2%) afirmaram não ter tido problemas com o site oficial da IO. Por outro lado, 39 pessoas (37%) tiveram dificuldades com o site da IO, e dessas, 33 não tiveram dificuldade com o DL (31% do total). Entre os problemas apontados com o site da IO está a dificuldade para utilizar a busca, procurar termos dentro dos PDFs, copiar texto dos PDFs, imprimir apenas uma parte dos textos, e fonte pequena dificultando a leitura. Por fim, 65 respondentes (62%) ficaram satisfeitos com o DL, contra 13 (12%) insatisfeitos. Tais dados corroborariam com a hipótese do DL ser de mais fácil utilização do que o site da IO.

Divulgação e Repercussão

O sistema teve dois momentos principais de divulgação. No primeiro, o lançamento, além do evento presencial, foram publicadas notícias no site da prefeitura, da CGM e da USP (universidade vinculada ao Colab). Cada uma das notícias foi republicada pelo menos uma vez por grupos não envolvidos diretamente no projeto. No mesmo período uma integrante da equipe foi chamada para uma entrevista em rádio privada veiculada em todo o estado. Já no segundo momento, houve o envio de um e-mail de divulgação para todos os funcionários da prefeitura. Além disso, houve um anúncio sobre o sistema no próprio DOC. Este último exibido na figura 4.

Para acompanhar os acessos ao site foi utilizado um software livre denominado Piwik. A partir dos dados coletados foi feita a figura 5, que mostra a quantidade de visitantes por dia. Nela pode-se ver dois picos principais, estes relacionados aos dois momentos citados anteriormente. O primeiro, no fim de outubro, correspondendo ao lançamento do sistema. O segundo, no meio de dezembro, corresponde ao e-mail de divulgação interno e anúncio no DOC. A oscilação de maior frequência visível no gráfico é devida ao menor número de visitantes nos fins de semana.

A figura 6 mostra a quantidade de visitantes por semana. Nela pode-se ver com mais clareza que, apesar de quedas durante os feriados de fim de ano e de fevereiro, há um aumento gradual no número de visitas.

Nos gráficos não estão inclusas visitas automáticas feitas, por exemplo, por motores de busca. Estas começaram a ocorrer antes mesmo do lançamento do sistema.

Não há uma estimativa de quantos por cento dos dados disponibilizados foram indexados pelas motores de busca. Porém, os dados coletados indicam que a maioria dos visitantes acessa o site a partir de buscas no *Google*. Na maioria das vezes, os termos procurados por esses visitantes são nomes de pessoas, empresas, ou identificadores oficiais para eles. Termos que raramente são encontrados fora de um DO, fazendo com que o DL esteja entre os poucos resultados retornados para buscas do tipo.

que seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – DO COMPROMISSO E DA COMPENSAÇÃO 1.1. A Compensatória se compromete a atender os seguintes itens: 1.1.1. Corte de 14 (quatorze) árvores exóticas; 1.1.2. Corte de 29 (vinte e nove) árvores nativas; 1.1.3. Implantação de 03 (três) árvores mortas; 1.1.4. Transplante interno de 03 (três) exemplares arbóreas; 1.1.5. Plantação de 64 (sessenta e quatro) exemplares arbóreas; 1.1.6. Plano interno de 49 (quarenta e nove) mudas com DAP 3,0 cm, de espécies nativas do Estado de São Paulo, padrão SPFNVC 11.7, implantação de canteiros verde; 10.1 A eficácia das autorizações de corte e transplante inicia-se somente após o emitido do Alvará de Drenagem de Edificação Nova com o devido apontamento do TCA.

INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

COMISSÃO DE JULGAMENTO DO CADASTRO

CIDADE SUDEB

INSCRIÇÃO NO REGISTRO CADASTRAL

Proc.2014.0.267.451-9

Interessado:FLORESTEC ENGENHARIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Atos 15 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às 17:00 horas, na Divisão Técnica de Licitações – SUDEB-G2, reuniram-se os membros ao final nomeados da Comissão de Julgamento de Cadastro, instituída pela Portaria nº 172/RSB-02/2014, a seguir designada Comissão 1. Em 24/10/2014, a empresa FLORESTEC ENGENHARIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, foi convocada a complementar sua documentação inicialmente apresentada. Em 14/11/2014, a empresa apresentou os documentos de R\$ 79.866 (setenta e nove mil e setecentos e sessenta e seis reais) os quais não estão incluídos os acervos técnicos solicitados, bem como, apresentou antecipadamente recurso administrativo em face do pedido de complementação de documentos de natureza técnica, alegando que a exigência de 03 conjuntos de atestado/CAT prevista na Portaria 04/2010/RSB-5 legal, na medida em que fere ao artigo 37, XXI, da Constituição Federal e artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e que, além do mais, já possui cadastro anterior na Categoria II (Serviços Técnicos de Topografia) vencido em 09/10/2014, para o qual foi apresentado apenas 01 conjunto atestado/CAT, e que, não houve nenhuma alteração na legislação aplicável ao tema no decorrer desse período, e que não há motivo para que o cadastro da empresa "FLORESTEC" seja considerado o apresentador de outros 02 acervos técnicos, e por esta razão requer a prescrição do recurso, para o fim de se deferir o cadastro da empresa na Categoria II – Serviços de Topografia e Categoria III – Projetos – Grupo 2 – Paisagismo, mediante apresentação de 01 (um) conjunto de atestado / CAT. II. Preliminarmente há de se destacar que o recurso administrativo

A PEDIDO DA INTERESSADA. A interessada fica intimada a entregar o componente de pagamento da guia de análise no prazo máximo de 01 (um) dia, sob pena de procedimento para inscrição da Dívida Ativa.

Processo 2014-0.253.315-4 – COMGAS – INTERFERIDO A PEDIDO DA INTERESSADA. A interessada fica intimada a entregar o componente de pagamento da guia de análise no prazo máximo de 01 (um) dia, sob pena de procedimento para inscrição da Dívida Ativa.

Processo 2013-0.314.026-3 – GVT – INTERFERIDO POR ABANDONO. A interessada fica intimada a entregar o componente de pagamento da guia de análise no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, sob pena de procedimento para inscrição da Dívida Ativa.

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECATÓRIO E QUEROSO

2010-0.070.990-2 – COMGAS – TPU nº 373614. RUA GARÇA SP-MS. Extensão: 4,30m. Valor mensal: R\$10,00.

2010-0.070.998-8 – COMGAS – TPU nº 373514. RUA SENA MADUREIRA SP-VM. Extensão: 1,50m. Valor mensal: R\$10,00.

2014-0.236.384-9 – COMGAS – TPU nº 373414. AV JARDIM JARDIM E OUTRAS SP-MS. Extensão: 508,2m. Valor mensal: R\$12,18.

2014-0.266.262-9 – NETELL – TPU nº 372714. RUA BEATRIZ E OUTRAS SP-VA. Extensão: 1,785,56m. Valor mensal: R\$42,81.

2014-0.266.267-4 – NETELL – TPU nº 372714. AV STA CATARINA E OUTRAS SP-SA. Extensão: 2.615,91m. Valor mensal: R\$42,06.

2014-0.268.531-5 – NETELL – TPU nº 372914. R DR ALBUQUERQUE UNO E OUTRAS SP-SE. Extensão: 1.406,78m. Valor mensal: R\$38,27.

2014-0.267.091-1 – NETELL – TPU nº 371914. AL SANTOS SP-PI. Extensão: 1.394,41m. Valor mensal: R\$30,11.

2014-0.267.093-0 – NETELL – TPU nº 371814. AV STA CATARINA E OUTRAS SP-JA. Extensão: 209,81m. Valor mensal: R\$7,50.

2014-0.301.676-0 – GVT – TPU nº 370174. R INDIANA SP-PI. Extensão: 30,00m. Valor mensal: R\$6,84.

2008-0.173.449-5 – GVT – TPU nº 370014. DIVERSAS RUAS SP-LA E OUTRAS. Extensão: 264.667,50m. Valor mensal: R\$156,00/03.

2014-0.301.635-2 – GVT – TPU nº 369914. R CHLON SP-PI. Extensão: 10,00m. Valor mensal: R\$1,68.

2014-0.301.623-0 – GVT – TPU nº 369914. R SETE DE ABRIL SP-SE. Extensão: 88,00m. Valor mensal: R\$33,65.

2014-0.301.623-9 – GVT – TPU nº 369914. R NEBRASKA SP-PI. Extensão: 35,00m. Valor mensal: R\$10,31.

2014-0.301.621-2 – GVT – TPU nº 369674. R PERUBE SP-PI. Extensão: 15,00m. Valor mensal: R\$6,46.

2014-0.301.619-0 – GVT – TPU nº 369514. R NEBRASKA SP-PI. Extensão: 90,00m. Valor mensal: R\$2,52.

2014-0.292.02-9 – GVT – TPU nº 369414. R IPURINAS SP-PI. Extensão: 20,00m. Valor mensal: R\$5,89.

2014-0.292.018-3 – GVT – TPU nº 369314. R GUARARANA SP-PI. Extensão: 10,00m. Valor mensal: R\$3,31.

PORTARIA 022/RSB/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014. Ref. MO 011/RS-SAG/2014 – T-D 13025750

A Comandante Regional Vilma Lopes de Aquino Mello, lotada na Inspeção Regional de Santo Amaro, pertencente a Guarda Civil Metropolitana, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Aplicar ao Profissional da Guarda Civil Metropolitana, UELSON CARMO DE MORAES, RF: 698.058.900, Cargo GCM 2ª Classe, lotado na Inspeção Regional de Santo Amaro, a pena de advertência, com base nos artigos 110 e seguintes, por ter infringido os artigos 7º inciso XI c/c 15, e artigo 18 inciso III, atenuado pelos artigos 125 e 126, inciso I, todos da Lei 13.300/3 de 14 de março de 2003.

PORTARIA 176/SMS/UCAF/DTRH/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

ROBERTO PORTO, Secretário Municipal, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao despacho esboçado no Expediente de Designação 175/2014:

SUBSTITUIÇÃO: DEISE CRISTINA SOROCABA – RF 579.373.4 – CARGO: INSPETOR – FEM – PADMÃO: QOC 5 – CATEG. FUNC. EFETIVO – EH: 38.001.003.000.00.00

SUBSTITUIÇÃO: NELSON DA SILVA COUTINHO – RE 562.881.1 – CARGO: COMANDANTE OPERACIONAL – PADMÃO: FCC 3 – CATEG. FUNC. COMISSIONADO – EH: 38.001.003.000.00.00 – UNID. DE LOTAÇÃO: SMS/UCAF/COMANDO OP NORTE – MOTIVO: FÉRIAS – PERÍODO: 05/01/2015 A 03/02/2015.

PORTARIA 176/SMS/UCAF/DTRH/2014 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

ROBERTO PORTO, Secretário Municipal, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao despacho esboçado no Expediente de Designação 176/2014:

SUBSTITUIÇÃO: ANTONIO CARLOS MARTINS – RF 509.494.2 – CARGO: INSPETOR – MAS – PADMÃO: QOC 1 – CATEG. FUNC. EFETIVO – EH: 38.001.003.004.00.00

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXONERANDO A PEDIDO NOS TERMOS DO DECRETO 41283/2001 E DO ARTIGO 62, PARÁGRAFO 1, ITEM I DA LEI 8969/79

WELLINGTON AUGUSTO DA SILVA – RF 817.503.8 – CARGO: GCM – F-CABE – 485 – PADMÃO: QOC 01A-3.001

DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – R. BOMFIM, 2008 – L. 818001010000

OPORTE: 11/MS/UCAF/DTRH/2014 – F. 07/01/2014

AJUDE A CONSTRUIR O Diário Livre

A Controladoria Geral do Município e o Colab-USP lançaram em novembro o Diário Livre, uma plataforma interativa e em formato aberto que facilitará o acesso aos conteúdos do Diário Oficial do Município de São Paulo.

Navegue e dê sua opinião no questionário de avaliação, participe! <http://bit.ly/DiarioLivre>

ATENÇÃO: o Diário Livre é uma versão experimental e não possui valor legal.

Imprensa Oficial Casa Civil GOVERNO DO ESTADO de São Paulo

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 17 de dezembro de 2014 às 04:00:19.

Figura 4: Anúncio sobre o DL feito no próprio DOC.

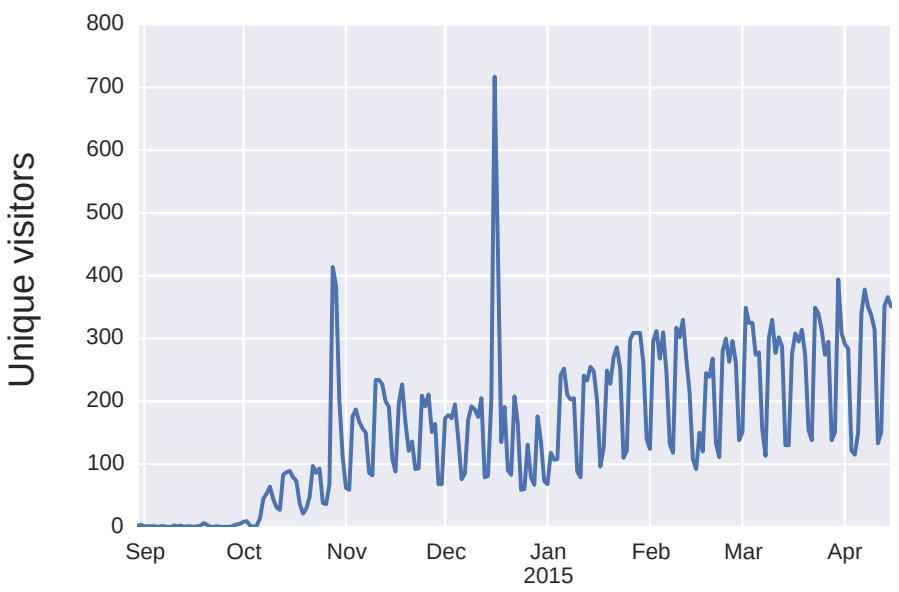


Figura 5: Visitantes por dia.

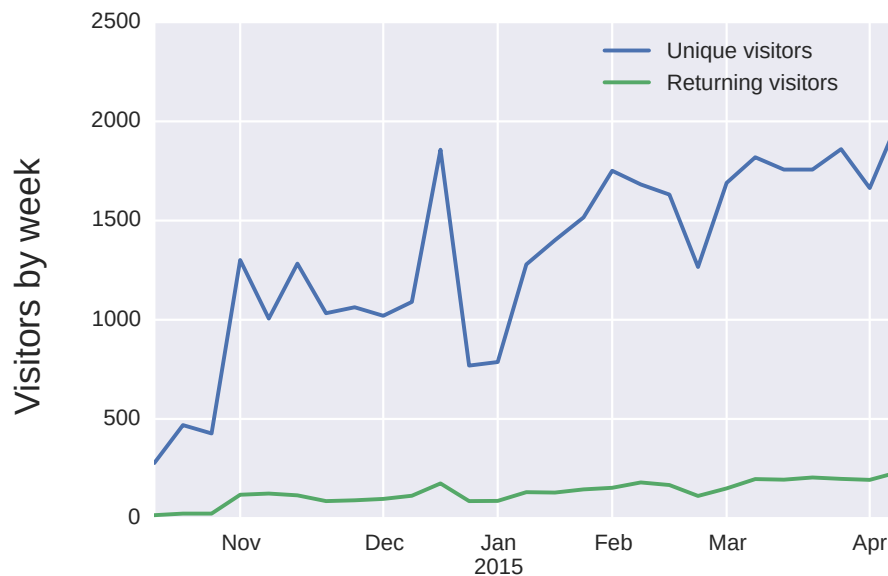


Figura 6: Visitantes por semana.

Apesar de aparentemente PDFs serem passíveis de indexação por motores de busca, o site oficial de publicação do DOC não parece ser indexado por elas. Tendo em vista que esse site não apresenta um *robots.txt* (arquivo que poderia proibir essa indexação), acredita-se que ela não ocorra pois não há links diretos para os PDFs. Eles só podem ser visualizados usando primeiramente a interface de busca. Já no DL, os filtros de busca são links que levam às páginas com os resultados, que por sua vez chegam a todos os artigos publicados. Essa diferença teria sido crucial para permitir a indexação do conteúdo.

Estórias

Algumas estórias são importantes de serem narradas aqui para permitir uma maior compreensão dos desafios e potenciais da implantação de dados abertos.

Antes que a parceria entre Colab e CGM fosse feita, um gestor da COPI se reuniu com a IO para discutir alterações no formato de disponibilização, visando dados abertos. O contrato entre a prefeitura e a IO prevê a customização remunerada do site de disponibilização do DOC, e a prefeitura estava disposta a pagar pelas alterações. Frente às requisições do gestor, a IO apresentou como exemplo um outro site desenvolvido por eles, mas para a disponibilização de dados sobre empresas do estado. Este site exigia cadastro e login protegido por captcha, além de disponibilizar dados apenas em PDF. Apesar da discordância do gestor, a IO continuou defendendo tal sistema como dados abertos, uma vez que os

dados estava disponíveis gratuitamente na Internet. Não houve acordo, forçando a COPI a buscar outra saída, no caso, a abertura dos dados antes de serem submetidos para a IO.

Uma vez no ar, existem estórias da utilização do DL pela própria prefeitura.

Uma funcionária de um departamento da prefeitura tem como tarefa diária ler o DOC e extrair dele algumas informações relevantes para o seu departamento. Para tal, todos os dias ela recebe a versão impressa do DOC e grifa, com marca texto, as partes relevantes. Esse processo leva em torno de 25 minutos por dia. A partir dos dados disponibilizados pelo DL, uma equipe da Prodam desenvolveu um programa que, através de expressões regulares, busca por palavras relevantes para aquele órgão e envia os trechos para o e-mail da funcionária, agilizando bastante o processo e recebendo elogios.

Processo semelhante foi feito para extrair trechos do DOC interessantes para outro órgão. No caso, para obter uma lista de nomeações e exonerações do dia. Porém, o resultado em ambas as extrações ainda não é perfeito. Mudanças na redação dos artigos ou na classificação dos metadados fizeram com que o programa extrator retornasse resultados equivocados em algumas situações. Esses são indícios de que, apesar do potencial da base, a falta de padronização dos dados ainda é um empecilho na reutilização dos mesmos.

Questionamentos Finais

Apesar do código do sistema e dos scripts relacionados estar [aberto](#), e de algumas funcionalidades e correções terem sido requisitadas, nenhum desenvolvedor externo à equipe e à prefeitura, contribuiu no desenvolvimento do sistema. Uma crítica relacionada surgiu de um desenvolvedor independente que participou do evento de lançamento do sistema. Segundo ele, sem uma forma clara de recompensa (seja financeira, seja com divulgação) dificilmente outros desenvolvedores se envolveriam no projeto. A crítica parece válida, uma vez que as únicas contribuições diretas de código vieram como parte de um mestrado, um TCC e por um desenvolvedor da Prodam, empresa contratada pela prefeitura.

No primeiro evento, uma representante de movimento social questionou sobre como essa iniciativa beneficiaria as camadas mais pobres da sociedade. Segundo ela, para que isso ocorresse, o conteúdo do DO deveria ser resumido em temas e distribuído nos núcleos de assistência social da cidade, pois seriam nesses lugares que a população mais vulnerável poderia se informar sobre os atos mais recentes da política municipal e se mobilizar ao redor das pautas de seu interesse. Implementar algo do tipo talvez envolva questões políticas e financeiras bastante complexas, porém vai ao encontro do que defende Gurstein (2011), sobre a necessidade de se colocar os dados abertos a serviço dos grupos mais marginalizados.

Conclusão

Esse artigo descreveu a iniciativa conjunta entre o poder público e a academia para oferecer o Diário Oficial da cidade de São Paulo em um formato digital que observasse os princípios dos dados abertos e assim propiciar o reuso da informação para uma gama mais ampla de possibilidades. O projeto foi bem sucedido ao atingir seu objetivo primário, conseguindo disponibilizar dados em tempo real e em diversos formatos abertos, atingindo as *4 estrelas dos dados abertos*. Mesmo ainda não sendo um portal oficial, a iniciativa revelou-se uma importante prova de conceito que não só demonstrou a viabilidade técnica de disponibilizar o diário oficial em formato aberto, como também ofereceu um exemplo tangível da contribuição do formato aberto para um público mais amplo.

A construção dessa iniciativa envolveu diferentes atores, tanto internos como externos à administração pública municipal, para que houvesse uma maior participação social na definição de seu escopo e objetivos. Foram realizadas quase uma dezena de reuniões entre as equipes, dois eventos públicos (um na concepção e coleta de demandas e outro em seu lançamento) e um canal permanente por email. A ferramenta foi divulgada para os milhares de funcionários da administração pública municipal através de comunicação institucional e também divulgada para os cidadãos em geral em entrevistas nos meios de comunicação. Como resultado, tem obtido uma quantidade de acessos diários relevante e recebido avaliações positivas de seus usuários. Algumas das repercussões relatadas nesse artigo ilustram como a iniciativa pode auxiliar na produtividade do trabalho de alguns funcionários públicos e também no melhor acesso à informação pelos cidadãos e movimentos sociais.

Referências

- Abramo, C. W. (2007) *Gutenberg em bits - Breve panorama dos Diários Oficiais brasileiros*, Transparência Brasil, [online] Available from: <http://transparencia.org.br/docs/DOs.pdf>.
- Berners-Lee, T. (2010) ‘Is your Linked Open Data 5 Star?’, [online] Available from: <http://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>.
- Brandao, S. N., Rodrigues, S. A., Silva, T., Araujo, L. and Souza, J. (2013) ‘Open Government Knowledge Base’, In *ICDS 2013, The Seventh International Conference on Digital Society*, pp. 13–19, [online] Available from: http://www.thinkmind.org/index.php?view=article&articleid=icds_2013_1_30_10168.
- BRASIL (2002) ‘Decreto nº 4.520’, [online] Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4520.htm.
- Cifuentes-Silva, F., Sifaqui, C. and Labra-Gayo, J. E. (2011) ‘Towards an Architecture and Adoption Process for Linked Data Technologies in Open Government Contexts: A Case Study for the Library of Congress of Chile’,

In *Proceedings of the 7th International Conference on Semantic Systems, I-Semantics '11*, New York, NY, USA, ACM, pp. 79–86, [online] Available from: <http://doi.acm.org/10.1145/2063518.2063529>.

Davies, T. G. (2014) ‘Open Data Policies and Practice: An International Comparison’, *Available at SSRN 2492520*, [online] Available from: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2492520.

Gurstein, M. (2011) ‘Open data: Empowering the empowered or effective data use for everyone?’, *First Monday*, 16(2), [online] Available from: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3316/2764>.

IMPrensa OFICIAL (2011) *Manual de Conversão para PDF Envio de Arquivos ao Diário Oficial*, [online] Available from: <https://pubnet.imprensaoficial.com.br/pubnetii/manuais/ManualGeracaoPDF.pdf>.

Sempla (2010) *Diário Oficial da Cidade de São Paulo: manual de instruções*, [online] Available from: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/manual_de_instrucoes_do_diario_oficial_2010_1306171567.pdf.